

ÉTICA E ESTATUTO

QUESTÃO 01

Letra B

Art. 34, XXI c/c art. 37, §2º, ambos do EAOAB.

QUESTÃO 02

Letra A

Art. 7º, XV c/c §1º, 3 e art. 34, XXII, todos do EAOAB.

QUESTÃO 03

Letra A

Art. 59 §§ 7º e 8º do NCED

QUESTÃO 04

Letra B

Art. 7º, XXI, do EAOAB

QUESTÃO 05

Letra D

Art. 10, *caput*, do EAOAB

QUESTÃO 06

Letra B

Art. 18, parágrafo único, do EAOAB

QUESTÃO 07

Letra B

Art. 22, § 4º, do EAOAB

QUESTÃO 08

Letra C

Arts. 27 e 28, do EAOAB

FILOSOFIA

QUESTÃO 09

Letra C

A filosofia do Karl Larenz gira em torno da Teoria da Linguagem, especificamente em sua vertente mais moderna, quando se passou a tomar como pacífico que os textos não são capazes de esgotar o sentido da linguagem. Sendo assim, o que ele defende é que o idioma nunca é absolutamente preciso, de forma que sempre deixa uma margem de interpretação. Esse não é um problema da ciência jurídica ou da redação do texto, mas sim de toda e qualquer forma de linguagem. Ademais, é um problema que não pode ser superado em abstrato, devendo a interpretação se dar em cada caso concreto.

QUESTÃO 10

Letra A

A Teoria Tridimensional do Direito surge num momento em que se debatia se o direito deveria ser identificado com a norma ou com os fatos. Miguel Reale ofereceu uma solução que demonstrou que ambos os entendimentos estavam tanto certos quanto errados. Na verdade, o direito é norma e também é fato, mas não apenas isso. O que o filósofo brasileiro demonstrou foi que fato e norma se conectam por meio de um terceiro elemento: o valor. Sendo assim, a norma jurídica nada mais é do que o resultado da valoração de um fato. Por isso que se pode dizer que a dinâmica jurídica se realiza em 03 (três) dimensões: fato, valor e norma. Como tais dimensões interagem, a resposta correta é aquela que indica que uma alteração no plano dos fatos e dos valores repercute sobre o entendimento normativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

Letra B

- a) **Errada.** Segundo disciplina o art. 24, § 4º, CF a superveniência de lei federal sobre normas gerais, no caso a Lei Federal Beta/2017, suspende a eficácia da lei estadual (Lei Estadual Alfa/2015), no que lhe for contrário. Assim, trata-se de suspensão de eficácia e não revogação, sendo a suspensão de eficácia apenas o que for contrário à lei federal. No restante, a lei estadual e a lei federal convivem harmonicamente no ordenamento jurídico.
- b) **Correta.** Perfeita a assertiva, conforme art. 24, § 4º, CF. No âmbito da competência concorrente, a União, a princípio, deve editar normas gerais, cabendo aos Estados/DF exercer a competência suplementar. Se a União queda-se inerte, os Estados exercerão a competência legislativa plena, como exposto na questão. Todavia, havendo lei federal sobre normas gerais posterior fica suspensa a eficácia da lei estadual, no que for contrário às normas gerais estabelecidas pela lei federal.
- c) **Errada.** A Lei Federal Beta/2017 terá vigência em todo país, pois se trata de lei federal.
- d) **Errada.** O art. 24, caput, trata da competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, apenas. Ademais, havendo conflito entre normas gerais estabelecidas por lei federal e lei estadual prevalecem as normas gerais da lei federal.

QUESTÃO 12

Letra C

- a) **Falsa.** De fato, segundo a doutrina (uma vez que o art. 15 não distingue as hipóteses de perda e suspensão), trata-se de hipótese de perda de direitos políticos. Entretanto, nos termos do Art. 15, inciso primeiro da CF, o cancelamento de naturalização ocorre por decisão judicial transitada em julgado.
- b) **Falsa.** Em desacordo com o Art. 15, inciso III (o art. 15 não admite a cassação de direitos políticos. A privação só se dará nas modalidades “perda e suspensão”. Segundo a doutrina, a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, é caso de suspensão de direitos políticos.
- c) **Verdadeira.** Em conformidade com o disposto no Art. 15, V da CF. Note que o art. 15, V, CF, nos remete à leitura do art. 37, §4º, CF que, por sua vez, diz ser caso de suspensão.
- d) **Falsa.** Nos termos do Art. 15, II da CF, a incapacidade civil **absoluta** é caso de perda ou de suspensão dos direitos políticos, e não a incapacidade civil relativa. Sendo a doutrina, será caso de suspensão.

QUESTÃO 13

Letra B

Classificação da Constituição de 1988: Formal, Escrita, Dogmática, Eclética, Promulgada, Democrática, Rígida, Analítica, Nominal (há divergência doutrinária e autores que entendem ser normativa) e Dirigente

QUESTÃO 14

Letra A

Comentários: Nos termos do art. 12, I, CF, Ana, tendo pai brasileiro, até poderá ser considerada brasileira nata, mas para tanto, deverá ser registrada em repartição brasileira competente, após seu nascimento. Como o enunciado da questão não relata o registro, Ana ainda não ostenta a condição de brasileira nata.

Nos termos do art. 12, I, CF, Augusto não poderá ser brasileiro nato, por ser filho de estrangeiros a serviço de seu país (Áustria), aqui no Brasil.

QUESTÃO 15

Letra A

É a Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar (art. 53, caput). A questão trata da inviolabilidade por opiniões, palavras e votos, na medida em que nenhum parlamentar pode ser responsabilizado, criminal ou civilmente, por opiniões, palavras e votos. Essa inviolabilidade é conferida ao parlamentar no exercício do mandato, não se restringindo ao âmbito do Congresso Nacional.

QUESTÃO 16

Letra A

Vamos analisar os atos indicados pela questão para entender o gabarito?

- I. **O projeto de lei X foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.** Este procedimento é compatível com o texto da Constituição.
“Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.”
- II. **contudo, foi vetado pelo Presidente da República.** Este procedimento também tem amparo no texto da Constituição.
“Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.”
- III. **O veto foi apreciado em sessão conjunta, especialmente designada para esse fim, sendo rejeitado pela maioria dos presentes.** Este procedimento não atende totalmente as exigências constitucionais, já que a rejeição só pode ocorrer por maioria absoluta dos membros!
“Art. 66, § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.”
- IV. **Ato contínuo, o projeto foi promulgado e enviado para publicação.** Se o veto não foi rejeitado por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, o projeto de lei X deveria ser arquivado e não promulgado e publicado!

QUESTÃO 17

Letra D

Nos termos do art. 86, CF, a instauração do processo deve ser autorizada pela Câmara dos Deputados, o processamento e o julgamento ficam a cargo do Senado Federal, bem como a aplicação da pena de perda da função. Confira aqui:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o **Presidente** e o Vice-Presidente da República nos **crimes de responsabilidade**, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (...)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a **condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública**, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.”

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 18

Letra B

- a) **Verdadeira.** Art. 1º, inc. I do ER.
- b) **Falsa.** Art. 3º, inc. I do ER
- c) **Verdadeira.** Art. 1º, inc. II do ER.
- d) **Verdadeira.** Art. 1º, inc. III do ER.

QUESTÃO 19

Letra A.

- a) **Verdadeira.** Art. 2º do EPD.
- b) **Falsa.** Art. 2º do EPD.
- c) **Falsa.** Art. 2º do EPD.
- d) **Falsa.** Art. 2º do EPD.

DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO 20

Letra B

- a) **Verdadeira.** Art. 1º, § 1º, inc. II da LM.
- b) **Falsa.** Art. 1º, § 1º, inc. III da LM
- c) **Verdadeira.** Art. 1º, § 1º, inc. IV da LM.
- d) **Verdadeira.** Art. 1º, § 1º, inc. V da LM

QUESTÃO 21

Letra C

- a) **Verdadeira.** Art. 12, inc. I da LM.
- b) **Verdadeira.** Art. 12, inc. II da LM.
- c) **Falsa.**
- d) **Verdadeira.** Art. 12, inc. IV da LM.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 22

Letra C

- a) **Falsa.** A imunidade tributária recíproca somente impede a cobrança de impostos (art. 150, VI, “a”, da CF). Assim, não há imunidade em relação à taxa.
- b) **Falsa.** O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a taxa de lixo constitucional, conforme Súmula Vinculante 19.
- c) **Verdadeira.** Houve a prescrição do crédito tributário (art. 174, do CTN), pois já ultrapassou o prazo de 5 anos para a cobrança.
- d) **Falsa.** O Estado poderá arguir a prescrição em sede judicial, não estando limitado à via administrativa.

QUESTÃO 23

Letra B

Trata-se da retroatividade benigna, prevista no art. 106, II, do CTN. Por isso, havendo redução da multa, o contribuinte terá direito a pagar 10% de multa.

QUESTÃO 24

Letra B

Conforme Súmula Vinculante nº 31, o ISS não incide sobre locação de bens móveis. Isso porque locação (obrigação de dar) não é serviço (obrigação de fazer). Também não incide ICMS, por não se tratar de circulação jurídica da mercadoria (não houve transferência de titularidade). Por outro lado, não incide o IPVA, pois a pergunta não se refere à propriedade dos caminhões, mas ao contrato de locação em si. Portanto, trata-se de não incidência. Por certo, a União poderia instituir imposto residual por meio de lei complementar, a teor do art. 154, I, da CF.

QUESTÃO 25

Letra A

Trata-se do princípio da uniformidade, previsto no art. 151, I, da CF, corolário do princípio da isonomia.

QUESTÃO 26

Letra A

Vale registrar que a redução de qualquer tributo (inclusive IPI) é imediata, pois não se aplica o princípio da anterioridade. Já o IE é exceção ao princípio da anterioridade (art. 153, §1º, da CF) e, por isso, seu aumento poderá também ser imediato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 27

LETRA C

- a) **Errada.** Pois de acordo com o artigo art. 126 da Lei 8112/90, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- b) **Errada.** Pois apesar de as instâncias nesse caso se comunicarem, de acordo com o artigo art. 41 da CF, o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) **Certa.** Pois está de acordo com o disposto no art. 126 da Lei 8112/90 e com o art. 41 da CF.
- d) **Errada.** Pois apenas se estável, é o que o eventual ocupante da vaga será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, de acordo com o art. 41 da CF.

QUESTÃO 28

LETRA C

- a) **Correta.** De acordo com o art. 243 da CF: Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.
- b) **Correta.** As limitações administrativas são ordens gerais, ou seja, limitações gerais, imposta a todos; NÃO gera direito a indenização por ser genérica e podem ser obrigações negativas ou positivas, ex: recuo de janelas; altura máxima de prédios; rodízio de veículos; obrigação de colocar extintor em veículos; legislação de obras; ver arts. 25 e 36 da Lei 10.257/01.
- c) **Incorreta.** A servidão administrativa é um direito real, ou seja, incide sobre bem imóvel, privado ou público, sendo o uso por tempo indeterminado, pela Administração para prestação de um serviço público; instituída por meio de lei, ato, contrato ou por sentença judicial e gera direito a indenização se houver dano, art. 40, Decreto-lei 3.365/41.
- d) **Correta.** A ocupação temporária ocorre quando a Administração ocupa temporariamente bens imóveis, público ou privados, vizinhos a obras para viabilizar a sua execução (não incide sobre bens móveis); tem caráter específico e individualizado e gera direito a indenização se houver dano, art. 36, Decreto Lei 3.365/41.

QUESTÃO 29

Letra C

- a) **Errada.** De acordo com o art. 2º, § 2º da lei 11079/04, concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Assim, tal forma de concessão envolve prestação apenas pela própria Administração.
- b) **Errada.** Não existe tal descrição legal, sendo que os consórcios públicos são firmados entre entes federados. No caso em comento, trata-se de uma PPP, ou seja, de delegação da execução de um serviço público a um particular.
- c) **Correta.** A parceria público-privada (PPP) é uma concessão de serviço público em que a empresa concessionária não assume o risco do negócio sozinha, pois o Poder Público também investe recursos para possibilitar a prestação do serviço. Neste caso, trata-se de uma concessão patrocinada, em que o concessionário é remunerado pela tarifa cobrada dos usuários e pela contraprestação pecuniária do Poder Público (art. 2º, §1º da Lei 11.079/04).
- d) **Errada.** Na concessão comum regida pela lei 8987/95 não há contraprestação do poder concedente, sendo o contrato de concessão remunerado tão somente pela tarifa paga pelo usuário do serviço.

QUESTÃO 30

Letra D

- a) **Incorreta.** Pela teoria do Estado garantidor, ou na posição de garante, situações que envolve custódia (ex: suicídio de preso, morte de presos em presídio, detento em fuga e crime é praticado LOGO APÓS a fuga, visitantes em presídios e algo acontece com eles dentro do presídio - / RE 445414, RE 272839, REsp 944884), hospitais públicos, escolas públicas, erro médico em hospitais públicos (REAg 718.981 e 825.414), o Estado responderá de forma objetiva, bastando a comprovação do nexo causal.
- b) **Incorreta.** A responsabilidade do Estado será objetiva, bastando a comprovação do nexo causal.
- c) **Incorreta.** Pela teoria do Estado garantidor, ou na posição de garante, situações que envolve custódia (ex: suicídio de preso, morte de presos em presídio, detento em fuga e crime é praticado LOGO APÓS a fuga, visitantes em presídios e algo acontece com eles dentro do presídio - / RE 445414, RE 272839, REsp 944884), hospitais públicos, escolas públicas, erro médico em hospitais públicos (REAg 718.981 e 825.414), o Estado responderá de forma objetiva, bastando a comprovação do nexo causal. E quanto aos agentes públicos (agentes penitenciários), caberá ação regressiva na modalidade subjetiva nos termos da parte final do art. 37, §6º da CF.
- d) **Correta.** Pela teoria do Estado garantidor, ou na posição de garante, situações que envolve custódia (ex: suicídio de preso, morte de presos em presídio, detento em fuga e crime é praticado LOGO APÓS a fuga, visitantes em presídios e algo acontece com eles dentro do presídio - / RE 445414, RE 272839, REsp 944884), hospitais públicos, escolas públicas, erro médico em hospitais públicos (REAg 718.981 e 825.414), o Estado responderá de forma objetiva, bastando a comprovação do nexo causal. E quanto aos agentes públicos (agentes penitenciários), caberá ação regressiva na modalidade subjetiva (demonstração de dolo ou culpa) nos termos da parte final do art. 37, §6º da CF.

QUESTÃO 31

Letra A

- a) **Correta.** Art. 59 da lei 8666/93 que prevê, que a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
Parágrafo único: A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- b) **Incorreta.** Trata-se de caso de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, IV da 8666/93.
- c) **Incorreta.** Trata-se de caso de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I da 8666/93.
- d) **Incorreta.** Nos termos do art. 65 da 8666/93, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, apenas para os casos de acréscimo em reformas de edifício ou de equipamento, é que o limite é de até 50% (cinquenta por cento).

QUESTÃO 32

Letra D

- a) **Incorreto.** Será reconduzido ao cargo de origem o servidor que for inabilitado em estágio probatório de outro cargo (art. 29, I da lei 8.112/90). Também ocorre com o servidor que ocupa cargo de servidor reintegrado (art. 41 CF).
- b) **Incorreto.** Ocorre reintegração quando o servidor é demitido, via sentença judicial ou via PAD, mas ele é reintegrado ao cargo em razão de anulação da sentença ou do PAD em face de vício de legalidade. Pode ocorrer na via judicial ou administrativa. (art. 41 da CF e 28 da lei 8112/90)
- c) **Incorreto.** A readaptação é quando o servidor público que possui limitação física/de saúde ocupa outro cargo com atribuições, natureza e vencimentos compatíveis com o cargo originário. (art. 24, da lei 8112/90)
- d) **Correto.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; no interesse da administração, desde que a) tenha solicitado a reversão, b) a aposentadoria tenha sido voluntária, c) estável quando na atividade; d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação; e) haja cargo vago. (art. 25. Da lei 8112/90)

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 33

Letra C

Esta questão quer que o candidato saiba sobre o Código Florestal, a Lei 12.651-12.

- a) **Errada.** O Estado não tem liberdade para fixar a Reserva Legal onde bem entender. O artigo 14 do Código traz critérios para tanto: Art. 14. A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios: I - o plano de bacia hidrográfica; II - o Zoneamento Ecológico-Econômico; III - a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida; IV - as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade; e V - as áreas de maior fragilidade ambiental"
- b) **Errada.** O Proprietário tem o dever de registrar a reserva Legal no CAR (Cadastro Ambiental Rural). Com o novo código florestal, não há mais necessidade de registrar em cartório. Todavia, não há restrições para construção da UPA, desde que respeitado o limite da reserva legal ou que ela seja explorada de forma sustentável, com autorização do órgão competente. A INSTITUIÇÃO DA UPA NÃO É EXCEÇÃO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA LEGAL.
- c) **Correta.** Como o proprietário tem um imóvel rural, ele deve instituir a respectiva reserva Legal, podendo computar as áreas de preservação permanente dentro da Reserva Legal, conforme previsto no artigo 15 da Lei 12.651.
- d) **Errada.** Com algumas exceções, vide parágrafos do artigo 14, todo proprietário rural é obrigado a instituir a Reserva Legal. Alternativa C.

QUESTÃO 34

Letra A

Por sua vez, esta assertiva exige conhecimento sobre a Lei 9.985-00, e também sobre a CF-88.

- a) **Correta.** Quando o examinador anota que o projeto de lei estabeleceu que as UC's de proteção integral deverá se restringir apenas ao uso indireto dos seus recursos naturais, deve se afirmar que o projeto de lei estadual está invadindo a competência da União porquanto já existe norma com esse estabelecimento, qual seja a Lei 9.985-00.
- b) **Errada.** O Fato da Mata Atlântica ser considerada patrimônio nacional, não significa que há exclusividade por parte da União na proteção do referido bioma.
- c) **Errada.** Em contraposição a alternativa letra a, essa assertiva letra c está errada porque não pode o Estado invadir a competência da União para editar normas gerais.
- d) **Errada.** O Estado não poderá alterar a definição dada pela União na Lei 9.985-00, pouco importa o que está escrito na alternativa. Alternativa A.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 35

Letra C

Art. 162 - CC.

QUESTÃO 36

Letra D

Art. 443 - CC.

QUESTÃO 37

Letra C

Art. 188 Inciso II e Art. 929 e 930 - CC.

QUESTÃO 38

Letra D

Parágrafo Único do Artigo 1372 - CC.

QUESTÃO 39

Letra C

(Art. 1.783 – A, CC/02)

QUESTÃO 40

Letra D

Artigos 356/ 359/ 447 e 838, III do CC.

QUESTÃO 41

Letra B

Inciso I do Artigo 1814 e Artigo 1815 - CC.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 42

Letra C

- a) **Falsa.** Art. 157, ECA.
- b) **Falsa.** Art. 158, ECA.
- c) **Verdadeira.** Art. 163, ECA.
- d) **Falsa.** Art. 155, ECA.

QUESTÃO 43

Letra D

- a) **Falsa.** Art. 42, §2º, ECA.
- b) **Falsa.** Não há limite máximo.
- c) **Falsa.** O vínculo de parentesco não é exigência para adoção.
- d) **Verdadeiro.** Art. 46, caput e §º 2º, ECA.

DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 44

Letra C

- a) Art. 6º, V, CDC
- b) Art. 6º, VIII, CDC
- c) Art. 6º, III e par. Único, CDC
- d) Art. 6º, V, CDC.

QUESTÃO 45

Letra D

Art. 12 e 27, CDC

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 46

Letra A

- a) Falso. Art. 980-A, §6º c/c Art. 1.055, §2º do Código Civil
- b) Verdadeiro. Art. 980-A, §6º do Código Civil
- c) Verdadeiro Art. 980-A, §1º do Código Civil
- d) Verdadeiro Art. 980-A, §2º do Código Civil

QUESTÃO 47

Letra C

- a) Falsa. Art. 32 da Lei 6.404/76
- b) Falsa. Art. 15 da Lei 6.404/76
- c) Verdadeira Art. 35º §1º da Lei 6.404/76
- d) Falsa Art. 188§2º da Lei 6.404/76

QUESTÃO 48

Letra D

- a) Falso. Art. 1.144 do Código Civil
- b) Falso. Art. 1.147 do Código Civil e doutrina
- c) Falso Art. 1.155 do Código Civil e doutrina
- d) Verdadeiro Art. 1.164 do Código Civil e doutrina

QUESTÃO 49

Letra B

- a) Falsa. Art. 897, §2º do Código Civil
- b) Verdadeiro Art. 921 do Código Civil
- c) Falso Art. 914 do Código Civil
- d) Falsa Art. 903 do Código Civil

QUESTÃO 50

Letra D

- a) Verdadeiro – art. 1º da Lei 11.101/05;
- b) Verdadeiro – art. 7º da Lei 11.101/05;
- c) Verdadeiro – art. 6º, §2º da Lei 11.101/05;
- d) Falsa – art. 2º, II da Lei 11.101/05

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 51

Letra A

Uma das condições da ação é o interesse processual, de acordo com o qual o autor deverá demonstrar NECESSIDADE-UTILIDADE na prestação da tutela jurisdicional. No caso, a ação que objetiva cobrança de dívida não vencida é caso de ausência de NECESSIDADE, sendo, portanto, aplicável o art. 485, VI, CPC.

QUESTÃO 52

Letra D

Trata-se de incompetência absoluta da justiça comum, em razão da matéria, que deve ser declarada de ofício pelo juiz, ainda que a parte ré não alegue em preliminar de incompetência. Destaque-se, ainda, que a competência absoluta não pode ser modificada por vontade das partes (ela é inderrogável). V. arts. 63 e 64, CPC.

QUESTÃO 53

Letra C

Art. 525, CPC. A impugnação ao cumprimento de sentença independe de garantia do juízo, pode versar sobre excesso de execução e só terá efeito suspensivo se garantido o juízo e o impugnante demonstrar a relevância de seus fundamentos e o perigo da demora.

QUESTÃO 54

Letra B

I. Art. 916; II. Art. 915, § 3º; III. Art. 915, *caput* e § 1º.

QUESTÃO 55

Letra C

Art. 332, parágrafo 1º, CPC

QUESTÃO 56

Letra C

Praticado o ato, com bom ou mau êxito, a parte não poderá renová-lo, modifica-lo ou substituí-lo, pelo fenômeno da preclusão consumativa.

QUESTÃO 57

Letra D

Art. 361, CPC.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 58

Letra D

O aluno deve ficar atento para o fato de que a condenação já é irrecorrível. Portanto, não deve ser questionada, em sede de execução, a justiça ou injustiça da condenação, pois esse momento já foi superado. Observe, ademais, que a substituição de penas não ocorreu fundamentada no art. 44, III, do CP c/c art. 42 da Lei 11.343/06 e não com base na vedação legal constante no art. 44 da Lei 11.343/06. Quanto à progressão de regime, não se esqueça que, nos crimes comuns, a progressão se dá com um sexto da pena cumprida (art. 112, LEP) e, nos hediondos, após o cumprimento de dois quintos da pena, se primário, e três quintos, se reincidente (art. 2º, §2º, Lei 8.072/90). Aplicada a causa de diminuição da pena, prevista no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, o tráfico de drogas perde o caráter de crime equiparado a hediondo e passa a ser tratado como crime comum, conforme recente entendimento do STF (HC 118.533/MS).

QUESTÃO 59

Letra C

Tanto na desistência voluntária quanto no arrependimento eficaz, o agente, voluntariamente, impede a consumação do crime (art. 15, CP). Não é a hipótese em questão, já que o peculato doloso (art. 312, *caput*, CP) consumou-se e, posteriormente, Laura decidiu reparar o dano causado. De outro lado, no arrependimento posterior, o agente voluntariamente repara o dano causado pela prática da infração penal, após a sua consumação, sendo esta a hipótese da questão (art. 16, CP). Por fim, no crime impossível o agente deseja praticar um crime, mas este jamais vai se consumir em razão da inidoneidade absoluta do meio ou do objeto material (art. 17, CP).

QUESTÃO 60

Letra B

A questão trata das concausas, tema disciplinado pelo art. 13, *caput* e §1º, do Código Penal. O Código Penal Brasileiro adotou, como regra, a teoria da equivalência dos antecedentes causais, segundo o qual o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. Não há que se fazer nenhuma diferenciação entre causa e condição. Todo fator que contribuiu para o resultado será valorado de forma equivalente para fins de constatação do nexo de causalidade. Considerando que o AVC sofrido por Mévio não tem qualquer relação com a conduta praticada por Tício e que ele ocorreu ao mesmo tempo em que praticada a conduta pelo agente, trata-se de uma concausa absolutamente independente concomitante que rompe o nexo de causalidade iniciado por Tício, permitindo a sua responsabilização conforme o seu *animus*. Se Tício agiu com vontade de matar, mas a morte não pode ser imputada a ele, deve responder por tentativa de homicídio doloso.

QUESTÃO 61

Letra D

A questão versa sobre lei penal no tempo, mais especificamente sobre a lei temporária, que é a lei mais benéfica aplicável ao agente, que não vigia nem ao tempo do fato nem ao tempo da sentença. Ainda assim, ela deve ser aplicada em respeito ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica (art. 5º, XL, CF). A assertiva C está errada, pois é defeso a combinação de leis penais, conforme se verifica na Súmula 501 do STJ.

QUESTÃO 62

Letra B

- a) **Errada.** Nos crimes de falsidade material, o agente modifica externamente documento originalmente verdadeiro, por meio de rasuras, borrões, emendas, substituição de palavras, letras ou números. Nos crimes de falsidade ideológica, por sua vez, o agente não falsifica a forma do documento, mas sim o seu conteúdo. O documento é formalmente verdadeiro, mas apresenta vício nas ideias, nas declarações constantes no documento. No caso narrado pela questão, Paulo não modificou externamente o documento, mas acrescentou informação falsa com o intuito de obter vantagem ilícita, por isso o caso é de falsidade ideológica.
- b) **Correta.** Vide comentários à letra A.
- c) **Errada.** Vide comentários à letra A.
- d) **Errada.** No crime de falsa identidade, o agente atribui-se ou atribui a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio ou para causar dano a outrem. No caso narrado, Paulo não se atribuiu identidade falsa, mas sim fez declaração falsa de parentesco em documento particular, a fim de conseguir o financiamento nas condições pretendidas.

QUESTÃO 63

Letra B

- a) **Errado.** É possível o reconhecimento de furto privilegiado qualificado, desde que preenchidos os requisitos do art. 155, §2º, do Código Penal, isto é, primariedade do agente e pequeno valor da coisa subtraída. Além disso, a qualificadora deve ser de ordem objetiva, é o que prevê a súmula 511 do Superior Tribunal de Justiça. Assim, os requisitos são cumulativos.
- b) **Correta.** Súmula 511 do STJ: “*É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.*”.
- c) **Errado.** É possível o reconhecimento do privilégio no furto qualificado – súmula 511 do STJ.
- d) **Errado.** Para que o furto seja qualificado-privilegiado, a qualificadora deve ser de ordem objetiva e não subjetiva.

QUESTÃO 64

Letra D

Vide art. 1º, I, da Lei 8.072/90. Vide art. 2º, §2º, da Lei 8.072/90. Vide art. 2º, §4º, da Lei 8.072/90. Não obstante, exista previsão de fixação de regime prisional inicial fechado para os crimes hediondos e equiparados, o STF, no HC 111.840/ES, julgou o art. 2º, §1º, da Lei 8.072/90 inconstitucional por violação ao princípio da individualização das penas (5º, XLVI, CF), razão pela qual o juiz deve fixar o regime prisional inicial, considerando as circunstâncias do caso concreto e o disposto no art. 33 do Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 65

Letra A

De acordo com o art. 76, inciso I, do CPP, a competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas. É a hipótese de conexão intersubjetiva por simultaneidade, exatamente como narrado na questão, que implica em unidade de processo e julgamento, nos termos do art. 79 do CPP.

QUESTÃO 66

Letra D

Vide art. 157, §1º, do CPP.

QUESTÃO 67

Letra D

De acordo com o art. 301 do CPP, qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. Considerando que o guarda municipal é um agente de segurança pública (art. 144, §8º, CF), deve prender quem quer que se encontre em flagrante delito. A ausência de testemunhas no local do fato não impede a condução de Marcelo à Delegacia nem a elaboração de auto de prisão em flagrante. Nesse sentido, prevê o art. 304, §2º, do CPP, “A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.”.

QUESTÃO 68

Letra A

Durante a instrução em Plenário, os jurados poderão formular perguntas ao ofendido e às testemunhas, por intermédio do juiz presidente (art. 473, §2º, CPP). Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes (art. 474, §3º, CPP). Vide art. 478, I, CPP. Vide art. 436 do CPP.

QUESTÃO 69

Letra D

- a) **Errada.** Não é o caso de reconhecer a decadência do direito de queixa, tendo em vista que a questão foi expressa ao afirmar que a queixa foi oferecida dentro do prazo legal (art. 38 do CPP).
- b) **Errada.** A renúncia é causa de extinção da punibilidade a ser reconhecida antes do início da ação penal quando o ofendido renuncia expressa ou tacitamente ao direito de queixa. Não é esse o caso, já que o direito de queixa foi validamente exercido, conforme narrado pela questão.
- c) **Errada.** O perdão do ofendido é causa de extinção da punibilidade a ser reconhecida no curso da ação penal, até o trânsito em julgado da condenação (art. 106, §2º, do CPP), e depende de aceitação do querelado (art. 58, CPP). Não é o caso, já que o querelante não perdoou o querelado nem expressa nem tacitamente.
- d) **Correta.** Vide art. 60, I, do CPP.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 70

Letra B

(Art. 391-A, CLT) – A gestante terá garantia de emprego ainda que engravide durante o aviso prévio trabalhado ou indenizado.

QUESTÃO 71

Letra C

(Art. 477, §§6º e 8º, CLT) – O prazo para pagamento das verbas rescisórias será de até dez dias contados do término do contrato, sob pena de multa no valor de um salário do empregado.

QUESTÃO 72

Letra D

(Art. 71, §4º, CLT) – A não concessão do intervalo intrajornada mínimo de 1 hora gera o pagamento de uma indenização correspondente aos minutos suprimidos, acrescidos de 50%.

QUESTÃO 73

Letra D

(Art. 72, CLT c/c Súmula 346, TST) – Aos digitadores fica assegurado um descanso especial de 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo.

QUESTÃO 74

Letra D

(Art. 193, II e §1º, CLT) – Assegura-se o pagamento de 30% do salário base a título de adicional de periculosidade para aqueles que prestam serviços em atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

QUESTÃO 75

Letra B

(Art. 59-A, parágrafo único, CLT) – A jornada de 12x36 poderá ser celebrada por acordo individual escrito, sendo que a remuneração mensal pactuada abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 76

Letra D

- I. **Falsa:** artigo 878, CLT;
- II. **Falsa:** artigo 879, § 2.º, CLT;
- III. **Verdadeira:** artigo 879, § 7.º, CLT;
- IV. **Verdadeira:** artigo 882, CLT.

QUESTÃO 77

Letra B

- a) **Falsa:** artigo 852-A, parágrafo único, c/c artigo 841, § 1.º, ambos da CLT;
- b) **Verdadeira:** artigo 852-A, parágrafo único, c/c artigo 821, ambos da CLT;
- c) **Falsa:** artigo 852-A, parágrafo único, c/c artigo 896, da CLT;
- d) **Falsa:** artigo 791-A, § 1.º, da CLT.

QUESTÃO 78

Letra A

- a) **Verdadeira.** Artigo 843, §§ 1.º e 3.º, da CLT.
- b) **Falsa.** Artigos 731 e 732, da CLT.
- c) **Falsa.** Artigos 825 e 825-H, §§ 2.º e 3.º, ambos da CLT.
- d) **Falsa.** Artigo 844, § 5.º, da CLT.

QUESTÃO 79

Letra C

- a) **Falsa.** OJ-140, SDI-I, TST.
- b) **Falsa.** OJ-140, SDI-I, TST.
- c) **Verdadeira.** OJ-140, SDI-I, TST.
- d) **Falsa.** Súmula 128, I, TST.

QUESTÃO 80

Letra B

- a) **Falsa.** Artigo 840, §§ 1.º e 3.º, da CLT.
- b) **Verdadeira.** Artigo 840, §§ 1.º e 3.º, da CLT.
- c) **Falsa.** Artigo 840, §§ 1.º e 3.º, da CLT.
- d) **Falsa.** Artigo 840, §§ 1.º e 3.º, da CLT.